

O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil:

subsídio público e
acesso ao conhecimento

Coordenadores

Gisele Craveiro

Jorge Machado

Pablo Ortellado

GPOPAI USP

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
Universidade de São Paulo

2008

O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil:

subsídio público e
acesso ao conhecimento

Coordenadores

Gisele Craveiro

Jorge Machado

Pablo Ortellado

GPOPAI **USP**

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
Universidade de São Paulo

gpopai@gpopai.usp.br

2008

Coordenadores da pesquisa:

Gisele Craveiro
Jorge Machado
Pablo Ortellado

Consultor:

José Paulo Guedes Pinto

Pesquisadores:

Rodrigo Bernardino de Almeida
Eduardo Brasilino Barbosa
Thaís Carrança
Rodolfo Castanheira
Cristiana Gonzalez
Luis Eduardo Trevisan de Leon
Sarah Elizabeth Floriano Machado
Alcimar Silva de Queiroz

Apoio:

FUNDAÇÃO FORD

**Projeto gráfico e diagramação:**

Canal 6 Projetos Editoriais
www.canal6.com.br

M553 O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento / coordenação de: Gisele Craveiro, Jorge Machado e Pablo Ortellado - - Bauru, SP: Canal 6, 2008.

49 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-99728-61-1

1. Livros técnicos e científicos 2. Mercado editorial brasileiro 3. Conhecimento I. Craveiro, Gisele. II. Machado, Jorge. III. Ortellado, Pablo.

CDD 070.5940981

Sumário

- 7** Introdução: o acesso ao livro técnico-científico
- 11** O mercado de livros técnico-científicos
- 15** Disputas sobre a legalidade das cópias reprográficas de livros educacionais e científicos
- 19** Subsídio público às editoras na forma de imunidade tributária
- 23** Investimento público na produção dos conteúdos dos livros técnico-científicos
- 31** Investimentos públicos e privados na publicação de teses e dissertações
- 35** Custos e disponibilidade de livros em 10 cursos da Universidade de São Paulo
- 37** Financiamento público e políticas de direitos autorais das editoras universitárias brasileiras
- 45** Recomendações de políticas
- 49** Referências bibliográficas

Agradecimentos

Os autores deste relatório gostariam de expressar seus agradecimentos aos chefes dos departamentos que gentilmente forneceram as listas bibliográficas para a pesquisa sobre investimento público na geração de conteúdos técnico-científicos; aos representantes das editoras que responderam às entrevistas sobre as editoras universitárias; à Fundação Ford pelo apoio financeiro à pesquisa; à Hélio Kuramoto (IBICT), Marco Antonio Rodrigues (MEC) e Natasha Schumann (Deutsche Nationalbibliothek) por informações relativas aos repositórios de teses de Brasil e Alemanha e às seguintes pessoas que leram uma versão preliminar do relatório e ofereceram comentários: Alexandre Linares, Carol Rossini, Célia Cassiano, Guilherme Carboni, Gustavo Gindre, Marcos Barbosa, Maria Carlotto e Rogério Meneghini. Nunca é demais enfatizar que qualquer erro ou imprecisão é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Introdução: o acesso ao livro técnico-científico

É costume apresentar, no mundo anglo-saxão, o copyright como uma balança na qual idealmente se equilibrariam o interesse público de acesso e o interesse privado de remuneração do autor. Em países com tradição no direito continental, como o Brasil, a situação é um pouco diferente. Os direitos autorais são aqui vistos como direito da pessoa, embora sejam na prática “equilibrados” pelas exceções e limitações a favor do interesse público. No entanto, uma breve análise histórica mostra que em ambas as tradições, não têm havido esse desejável equilíbrio entre o interesse público e o privado. Ao contrário, os direitos autorais têm sido ampliados tanto no escopo como na duração. Tal ampliação, em manifesto benefício ao interesse particular, tem comprometido o interesse público de ter acesso ao conhecimento, inclusive para fins educativos e científicos.

De um ponto de vista global, o acesso à informação e ao conhecimento é dado como fundamental para o indução do desenvolvimento social e econômico. Cabe lembrar que entre as 18 metas do milênio definidas pelas Nações Unidas e aprovadas pelos seus 189 países membros em 2000, está a necessidade de fomentar a educação e o ensino básico e tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias de informação e de comunicações.

O governo brasileiro vêm promovendo através de suas instituições uma série de medidas para a promoção do acesso ao conhecimento. Alguns exemplos são as iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) de promoção do “acesso aberto” ou “livre” à produção científica; o Portal Domínio Público do Ministério da Educação (MEC) que disponibiliza textos em domínio público, além de teses acadêmicas; a política da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) de tornar disponível na Internet todas as novas teses e dissertações brasileiras; e o incentivo ao uso de “licenças livres” em diversos tipos de conteúdos fomentados pelo Ministério da Cultura (MinC).

No entanto, tais medidas são ainda pontuais dadas as potencialidades do escopo da ação governamental. Elas são resultado muito mais de esforços isolados de agências públicas do que fruto de uma política nacional articulada. O potencial para a promoção do acesso à informação e ao conhecimento é muito grande se considerada a possibilidade de estender tais políticas a todos ministérios e secretarias de governos e suas agências, assim como nas administrações estaduais e municipais. Pesquisas, estudos, relatórios técnicos, dados primários em áreas diversas como a ambiental e a aeroespacial são apenas alguns exemplos de informação que poderiam ser disponibilizadas ao público sem as restrições do licenciamento tradicional de direitos autorais.

É preciso lembrar que o Estado é o grande financiador da pesquisa científica, da educação e da cultura no país e que seus recursos vêm do contribuinte. Além disso, desde a década de 1960, o Estado estabeleceu uma política de imunidade tributária à indústria do livro, tendo deixado de recolher, apenas no ano de 2007, cerca de 1 bilhão de reais em tributos como ICMS, Imposto de Importação, Imposto sobre Serviço, PIS e COFINS/ PASEP. Destinados a estimular e promover a educação e a cultura, esses incentivos cumprem muito parcialmente o seu objetivo. As restritas exceções e limitações da nossa lei de direitos autorais e a ausência de políticas para o licenciamento livre de conteúdos financiados com recursos públicos têm criado barreiras ao acesso público à informação.

Contornar essas barreiras não é simples, já que há muito tempo se consolidaram formas de produção e distribuição de materiais culturais, educativos e científicos, o que implica em interesses divergentes entre os atores envolvidos na cadeia de produção: editores, autores, leitores e mesmo o Estado.

Ao longo de 2007, o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPOPAl), realizou estudos empíricos para obter dados que permitissem melhor avaliar o alcance do subsídio público à produção do livro técnico-científico e as barreiras de direito autoral que se interpõem entre essa produção e o público. Esses estudos buscaram medir o grau de financiamento público na produção industrial do livro (por meio da imunidade tributária), na geração de conteúdos (por meio do financiamento das pesquisas científicas) e na própria atividade editorial (por meio das editoras públicas).

Alguns dos resultados foram surpreendentes, mostrando, de maneira geral, que o livro técnico-científico é, em enorme medida, produzido a partir de pesquisas

financiadas com recursos públicos. Além disso, parte da sua produção industrial é subsidiada diretamente pelo Estado por meio de editoras universitárias e, como um todo, altamente subsidiada por uma política estatal de imunidade tributária. Não obstante esse cenário, o Estado tem criado poucas políticas de acesso público à informação que subsidia e tem defendido com pouca força o controverso direito de acesso garantido pelas limitações na nossa lei de direitos autorais. É nossa ambição que esta pesquisa contribua para a mudança deste cenário, sugerindo modificações na lei de direito autoral e políticas para garantir o acesso ao conhecimento nas universidades, escolas técnicas e em centros de pesquisa públicos.

Gisele Craveiro
Jorge Machado
Pablo Ortellado

1

O mercado de livros técnico-científicos

A categoria de “livros científicos, técnicos e profissionais” é uma das adotadas pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) para dividir a totalidade da produção do setor livreiro. Segundo a CBL, o setor de livros científicos, técnicos e profissionais responde por cerca de 1/4 dos títulos editados no Brasil, mas por apenas 7% dos exemplares¹. Apesar disso, esse setor responde por 20% do faturamento do mercado editorial².

Tabela 1: Produção de livros científicos, técnicos e profissionais.

Ano de referência: 2006

	Títulos	Exemplares	Faturamento
Números absolutos	12.081	22.015.013	R\$ 418.550.460,26
Relação ao total	25,25%	6,87%	19,48%

Fonte: CBL/ SNEL, 2007

Tabela 2: Tiragem e preço médios dos livros científicos, técnicos e profissionais.

Ano de referência: 2006

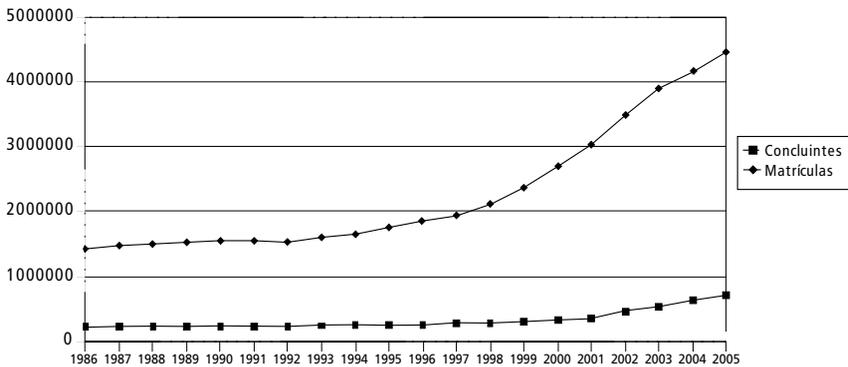
Tiragem média	Preço médio
1822 exemplares	R\$ 38,02

Fonte: CBL/ SNEL, 2007

- 1 Essa discrepância se explica, possivelmente, pelas grandes tiragens dos livros didáticos que desequilibram a média geral.
- 2 Isso talvez também se explique pelo menor faturamento por exemplar no setor de didáticos, mas pode também indicar que o setor de livros técnicos é um setor mais rentável globalmente.

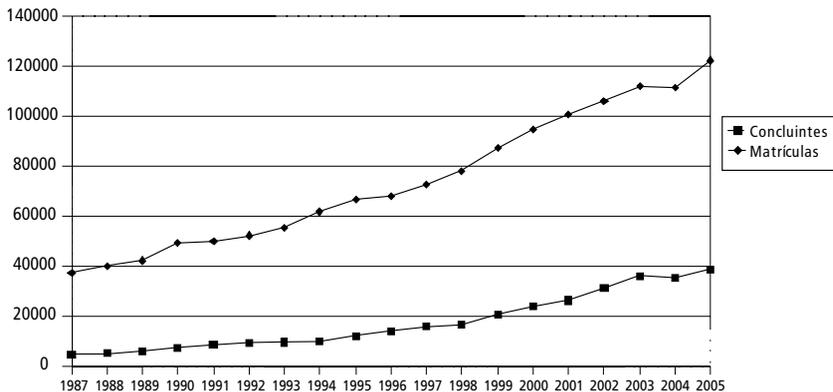
Definido como o setor de livros “universitários e profissionais”, esse mercado está sujeito a um grande crescimento no futuro próximo com a ampliação da população estudantil universitária e a conseqüente ampliação do número de profissionais de nível superior, conforme se pode ver nos gráficos abaixo sobre a evolução de matrículas e conclusões de cursos de graduação e pós-graduação.

Gráfico 1: Evolução da população de estudantes (graduação).



Fonte: INEP

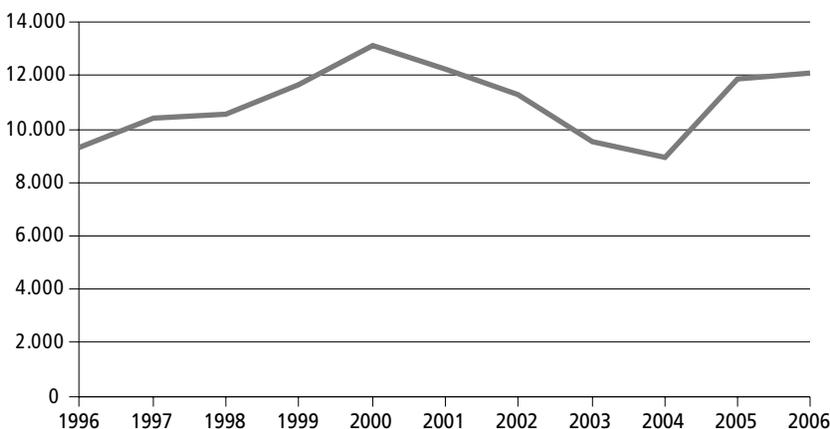
Gráfico 2: Evolução da população de estudantes (pós-graduação).



Fonte: INEP

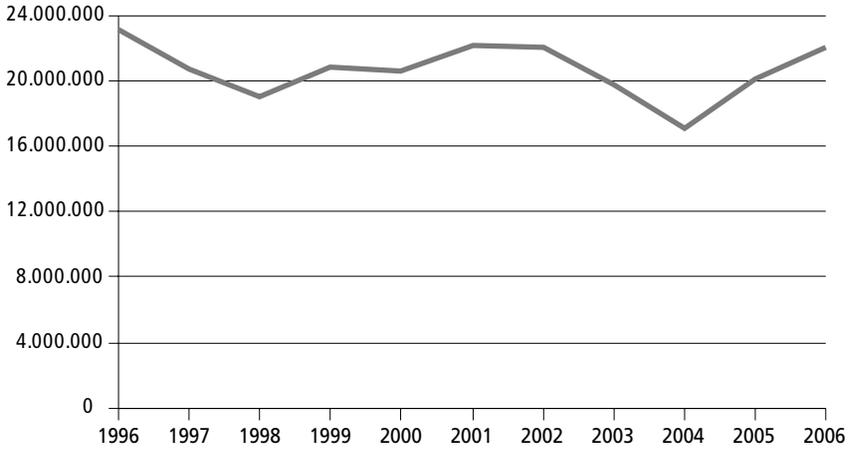
No entanto, esse crescimento do mercado consumidor potencial (alunos matriculados em cursos superiores de graduação e pós-graduação) não tem tido um impacto notável na produção de livros, como se pode ver abaixo. Isso talvez se explique pelo perfil social dos novos estudantes que entraram no ensino superior por meio de políticas públicas de inclusão e por meio de novas vagas no mercado privado de baixo custo. Nestes casos, é provável que os estudantes não tenham os meios econômicos para a aquisição de livros. Os gráficos abaixo não mostram qualquer tendência notável de aumento na produção de livros técnico-científicos que acompanhe a curva fortemente ascendente que se vê na evolução do número de estudantes.

Gráfico 3: Títulos de livros técnico-científicos publicados.



Fonte: CBL 1997-2002, CBL/ SNEL, 2003-2007

Gráfico 4: Exemplares de livros técnico-científicos publicados.



Fonte: CBL 1997-2002, CBL/ SNEL, 2003-2007

2

Disputas sobre a legalidade das cópias reprográficas de livros educacionais e científicos

A nova lei de direito autoral estabelecida em 1998 (Lei 9.610), estipulou limitações que eram muito menos favoráveis ao interesse público do que as limitações previstas na antiga lei de 1973. Enquanto a Lei nº 5.988 de 1973 previa a “reprodução, em um só exemplar, de qualquer obra, contanto que não se destine à utilização com intuito de lucro”, a nova lei restringia essa possibilidade às seguintes condições:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

(...)

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro; (Brasil, 1998)

Essa redação, deliberadamente ambígua, refletia as disputas em torno do interesse dos estudantes de fazerem cópias de livro e do interesse das editoras de restringir a cópia de livros para aumentar as vendas. A ambigüidade aparecia em 3 pontos: na indefinição sobre o que era um pequeno trecho; na indefinição sobre quem estava autorizado a fazer a cópia e na indefinição sobre quem era o agente que não podia ter intuito de lucro.

No entendimento de boa parte da comunidade universitária, o texto autorizava a cópia de pequenos trechos, tais como um capítulo de livro, desde que fosse feita sem intuito de lucro (isto é, para uso didático e não para vender). Já no entendimento de boa parte das editoras, que atuavam por meio da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), o texto só autorizava trechos pequenos, entendidos como

uma parte não substantiva, tais como uma página, desde que fosse feita pela própria pessoa, sem intuito de lucro, o que impedia a solicitação de cópias a uma empresa. De maneira um tanto esquemática, teríamos:

Quadro 1: Interpretações sobre a lei.

	Interpretação das editoras	Interpretação da comunidade acadêmica
O que é um pequeno trecho?	Uma parte não substantiva (uma página)	10% do livro ou um capítulo
Quem é o copista autorizado a fazer o uso privado?	O próprio estudante, diretamente	O operador da máquina de cópia, a pedido do estudante
A quem se aplica a interdição de lucro?	Às empresas de reprografia	Apenas ao estudante se for revender a cópia

Apesar desta disputa, a própria cópia não autorizada foi descriminalizada pelo código penal em 2003. A Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003, alterou dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal referentes ao crime de violação de direito autoral. Essa estendeu a descriminalização não apenas à cópia única para uso privado do copista, mas mesmo à cópia integral sem intuito de lucro, tal como na lei de direito autoral de 1973:

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, **nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto.** [grifos nossos] (Brasil, 2003)

Com isso, copiar obra integral, desde que em um só exemplar, para uso exclusivamente privado, sem o intuito de lucro deixava de ser crime, embora continuasse a ser um ilícito civil. O mesmo acontecia com pequenos trechos em copiadoras comerciais, dependendo-se da interpretação da lei.

No ano de 2005, as editoras começaram uma grande campanha buscando fazer valer a sua interpretação da lei. Elas acionaram a força policial e fecharam várias em-

presas de reprografia que atuavam nos campi das universidades das grandes cidades. Como reação, algumas universidades criaram políticas internas regulando a extração de cópias, às vezes com um entendimento parecido com a ABDR, às vezes com um entendimento mais permissivo da lei. Em particular, ganhou destaque uma resolução da Universidade de São Paulo que estabelecia o entendimento que era legal a cópia de pequenos trechos e mesmo a extração de cópias integrais de obras esgotadas e importadas indisponíveis no mercado nacional:

Artigo 2º - Será permitida a extração de cópias de pequenos trechos como capítulos de livros e artigos de periódicos ou revistas científicas, mediante solicitação individualizada, sem finalidade de lucro, para uso do solicitante.

Artigo 3º - As bibliotecas deverão marcar seu acervo com sinais distintivos diferenciando as seguintes categorias de obras:

I - esgotadas sem republicação há mais de 10 anos;

II - estrangeiras indisponíveis no mercado nacional;

III - de domínio público;

IV - nas quais conste expressa autorização para reprodução.

Parágrafo único - De qualquer obra que contenha o sinal distintivo de uma das categorias será permitida a reprodução reprográfica integral. (USP, 2005)

Em particular, gerou controvérsia a inclusão da autorização da cópia integral de obras esgotadas e importadas. No parecer interno que orientou a resolução, a medida é justificada da seguinte maneira:

A reprodução destas obras [esgotadas] em sua íntegra, não constitui infringência aos direitos morais de autor, já que houve uma anterior autorização para sua edição, e fora manifesto o propósito de abertura ao público. No tocante aos direitos do editor – nas condições descritas acima –, tampouco seriam estes afetados, já que o potencial de vendas do produto no mercado em nada se ressentiria em vista desta modalidade de acesso à obra, pois este potencial, uma vez esgotada a tiragem, não mais existe. O mesmo pode-se dizer no tocante aos direitos econômicos do autor, pois, inexistente no mercado o produto sobre cuja vendagem incidiria o percentual devido à autoria, não é possível ser tal direito afetado em qualquer medida. [...]

O mesmo raciocínio acima exposto para as obras esgotadas, é válido para aquelas que não se encontram à disposição do público consumidor no mercado nacional. (USP, 2005b)

A disputa em torno da interpretação da lei foi tamanha que provocou uma reação da indústria americana que recomendou ao governo dos Estados Unidos que incluísse a USP no seu Relatório Especial 301. O Relatório Especial 301 é um relatório produzido pelo *United States Trade Representative* (órgão análogo a uma secretaria de comércio exterior), de acordo com a seção 301 do *Trade Act* de 1974, que determina que os Estados Unidos podem impor sanções contra países que violem os direitos comerciais americanos. O julgamento sobre se há uma violação dos direitos comerciais americanos é unilateral. Países listados numa lista de vigilância (*priority watch list*) do relatório podem sofrer sanções como serem excluídos do Sistema Geral de Preferências que dá tratamento alfandegário diferenciado para a entrada de produtos. O Relatório Especial 301 é produzido a partir de indicações feitas pela indústria americana de direitos autorais, por meio da International Intellectual Property Alliance (IIPA). No relatório de 2007, esse relatório da indústria recomenda que o Brasil entre na lista de vigilância e diz-se o seguinte a respeito da política da Universidade de São Paulo:

Entre os desenvolvimentos mais perturbadores de 2006 está o lançamento e implementação da Resolução No. 5213/2005, uma norma administrativa da Universidade de São Paulo (USP). Esta norma permite (1) a cópia reprográfica de partes de livros por copiadoras com fins lucrativos e (2) a cópia de obras estrangeiras (ou, talvez, todas as obras que não são em língua portuguesa) que “não estão disponíveis no mercado brasileiro” sem autorização. [...] Essa resolução apresenta diversos problemas em relação às normas internacionais e deve ser revogada. Instituições com fins lucrativos não devem receber *carte blanche* para copiar obras fora dos limites normais do *fair use* internacional. [...] Autoridades estatais e nacionais (inclusive o Ministério da Educação) devem tomar medidas para revogar essa resolução, ou, pelo menos, revisá-la de maneira a compatibilizá-la com as obrigações internacionais do Brasil sob TRIPs e Berna. (IIPA, 2007)

A dimensão do impacto das disputas sobre a interpretação da lei mostra a força dos interesses econômicos em jogo. Talvez mais chocante, ela mostra como a autonomia de uma instituição universitária em interpretar uma lei reconhecidamente ambígua pode, no limite, levar uma potência econômica a impor sanções unilaterais que colocam em xeque a soberania nacional.

3

Subsídio público às editoras na forma de imunidade tributária

Desde os anos 1960 (Hallewell, 1985), a indústria do livro, assim como toda a imprensa, recebe subsídios públicos na forma de não incidência de impostos. Essa prática está enraizada, por um lado, no entendimento liberal de que o debate público deve ser fomentado e os produtos da imprensa barateados e, por outro, no entendimento de que o Estado não deve intervir na atividade da imprensa. Na constituição de 1988, essa concepção foi introduzida no artigo 150:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...]

VI - instituir impostos sobre: [...]

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. (Brasil, 1998)

A partir de 2004, a essa imunidade se somou a não incidência nas contribuições de PIS/PASEP e COFINS, conforme se lê na redação da Lei nº 10.865:

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de: [...]

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; (Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004) (Brasil, 2004)

Embora haja alguma controvérsia sobre se a imunidade se aplica apenas aos produtos finais (livros, revistas etc.) ou também aos processos industriais, tem prevalecido o entendimento de Aliomar Baleeiro de que todo o processo está imune, já que o objetivo é o barateamento dos produtos:

A imunidade sobre o papel, os livros, os jornais e os periódicos é considerada objetiva, no sentido de que alcança somente os impostos incidentes sobre a importação, a produção industrial e a circulação de mercadorias (II, IPI, ICMS), mas não os impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio, os quais devem ser pessoais. [...]

É que a imunidade tem como meta a redução do custo do produto, favorecendo a veiculação de informações, do ensino, da educação e da cultura. Por isso, está destinada, em primeiro lugar, a beneficiar o consumidor que sofrerá, finalmente, pelo mecanismo dos preços, a transferência do encargo financeiro dos impostos incidentes sobre a produção e a comercialização do papel, do livro, dos jornais e periódicos. [...] De fato, a limitação da imunidade ao produto final (livros e jornais), sem liberação dos impostos incidentes nas aquisições de bens de uso, consumo ou de capital ou sobre os serviços utilizados pelas empresas de impressão, gera efeitos contrários aos desígnios constitucionais, encarece a produção e falseia a concorrência. (Balleiro, 2001)

Considerando esse entendimento, estimamos aqui o subsídio público às editoras na forma de imunidade tributária. Para chegarmos a uma boa aproximação dos valores totais desse subsídio, consideramos apenas os principais impostos que incidiriam caso o setor não fosse imune: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, desde 2005, a contribuição social ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Como todos esses tributos incidem sobre as vendas, a estimativa foi feita com base nos dados do faturamento do setor editorial presente nos estudos da Câmara Brasileira do Livro para os anos de 2001 a 2006. Para o IPI consideramos a incidência de 15% em cima do valor total das vendas (a cadeia produtiva do livro é toda subsidiada), a mesma tributação que incide sobre CDs e DVDs ou sobre as impressoras de uso privado, e abaixo da tributação (20%) que incide sobre a cadeia produtiva das fotocopiadoras, por exemplo. Adotando uma postura conservadora para o cálculo do ICMS consideramos como base de cálculo o valor total das vendas menos o montante que deveria ser arrecadado com o IPI, pois há muita discussão no meio jurídico sobre essa questão, tendo como incidência 18% sobre essa base. No caso do PIS e do COFINS consideramos o regime de tributação sobre o lucro presumido, o que subestima o montante dessa arrecadação. É preciso notar também que além de fazermos escolhas conservadoras na

estimativa dos tributos, não incluímos outras formas de subsídio como a imunidade de Imposto de Importação sobre a compra de equipamentos ou papel.

Tabela 3: Estimativa do subsídio público na forma de imunidade às editoras.

Em milhões de reais

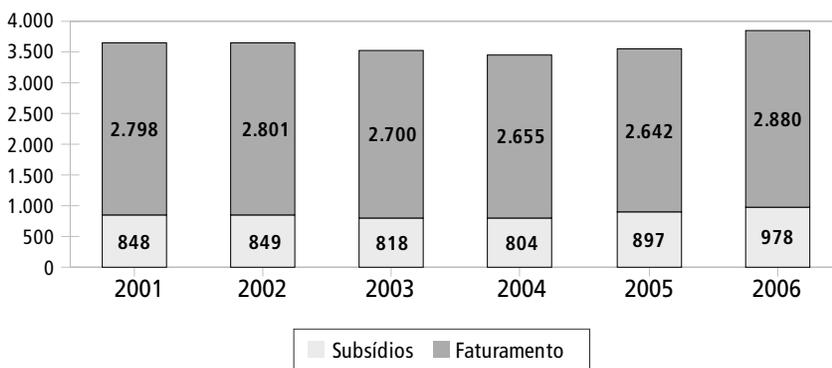
valor de 2006

Ano	Faturamento das editoras	Subsídio IPI	Subsídio ICMS	Subsídio PIS/COFINS	Total de subsídios	Índice (2006 = 100)
2001	2.798	420	428	--	848	1,36
2002	2.801	420	429	--	849	1,24
2003	2.700	405	413	--	818	1,14
2004	2.655	398	406	--	804	1,07
2005	2.642	396	404	96	801	1,03
2006	2.880	432	441	105	978	1,00

Gráfico 5: Faturamento e subsídio das editoras.

Em milhões de reais

valor de 2006



Nossa estimativa aponta um subsídio público na forma de imunidade correspondente a aproximadamente 30% de todo o faturamento das editoras antes da introdução da não incidência das contribuições PIS/ PASEP e COFINS – após a Lei nº 10.865/2004, estimamos um subsídio correspondente a aproximadamente 34% do faturamento.

Comparando essa estimativa conservadora com o orçamento do Ministério da Cultura, descobrimos que o subsídio público às editoras na forma de imunidade tributária corresponde a cerca de duas vezes o orçamento dos gastos federais na área de cultura.

Tabela 4: Comparação do orçamento do Ministério da Cultura com a estimativa de subsídio público às editoras.

*Em milhões de reais
valor de 2006*

Ano	Orçamento MinC	Subsídio indústria livro
2001	461	848
2002	485	849
2003	443	818
2004	369	804
2005	não disponível	801
2006	não disponível	978

Fonte: Ministério do Planejamento

4

Investimento público na produção dos conteúdos dos livros técnico-científicos

Nesta seção, buscamos estimar o grau de investimento público na produção dos conteúdos dos chamados livros científicos, técnicos e profissionais. A pesquisa partiu de algumas decisões metodológicas para estimar o impacto do investimento público no setor:

Quanto ao universo, dado que a classificação do setor de livros científicos, técnicos e profissionais da CBL é muito imprecisa³ (Hallewell, 1985) e que não há um banco de dados público com os lançamentos por setor, optamos por reduzir o universo destes livros àqueles adotados no ensino superior como material didático. Essa decisão pressupõe que o ensino superior é uma parte significativa, senão a maior parte do mercado destes livros e também que ele é formador do mercado consumidor daqueles que já se graduaram. No entanto, deve ser ressaltado que o universo dos livros adotados no ensino superior embora provavelmente próximo, não é idêntico ao do conjunto dos livros técnico-científicos.

Quanto à amostra, optamos por determinar duas variáveis para os perfis de cursos. De um lado, separamos os cursos “científicos” e licenciaturas dos cursos “profissionais”. A partir de entrevistas com editores, descobrimos nichos muito especializados na produção de livros de áreas, em particular das profissionais. Assim, elegemos uma carreira de cada uma das 3 grandes áreas científicas: Física (Exatas), História (Humanas) e Biologia (Biológicas) e uma carreira entre cada uma das 3 “profissões imperiais” (as primeiras e mais tradicionais profissões estabelecidas na época do Império):

3 Assim, no relatório da CBL, a divisão por setores (Didáticos, Obras gerais, Livros religiosos e Científicos, técnicos e profissionais) não corresponde à divisão por temas. Os títulos de livros científicos, técnicos e profissionais produzidos em 2006 (12.081) não corresponde à soma dos temas Ciências puras, Tecnologias e ciências aplicadas, Ciências sociais e Geografia e história (9.551 títulos).

Direito, Medicina e Engenharia civil. O pressuposto é que essas amostras espelham de maneira geral o que acontece em outras áreas científicas e de licenciatura (por exemplo, nas Geociências ou na Química), assim como nas outras áreas profissionais (por exemplo, na Administração ou na Economia). De outro lado, separamos também os cursos de excelência acadêmica dos cursos de sucesso comercial. O pressuposto aqui é que são dois modelos distintos de sucesso que são perseguidos pelas instituições e que esses diferentes modelos podem adotar diferente base bibliográfica. Os cursos de excelência acadêmica foram determinados a partir da avaliação das respectivas pós-graduações pela CAPES em 2005. Os cursos de sucesso comercial foram determinados a partir do número de alunos inscritos, segundo dados do INEP de 2004⁴. De cada uma das 6 carreiras, selecionamos os 3 cursos de maior excelência acadêmica e os 3 cursos de maior sucesso comercial. Elaboramos assim um banco de dados com 1910 livros adotados em 25 cursos reunidos a partir dos planos de aula (ou ementas, na indisponibilidade dos planos de aula) de metade das disciplinas dos segundo e terceiro anos dos cursos⁵. É preciso salientar que tivemos grandes dificuldades em conseguir os dados dos cursos de sucesso comercial, cujas instituições chegaram a alegar segredo de empresa para não enviar os títulos dos livros adotados. Isso fez com que a amostra dos cursos de excelência acadêmica ficasse consideravelmente maior do que aquela dos cursos de sucesso comercial (veja tabela abaixo).

Quadro 2: Amostra cursos científicos e licenciaturas.

Cursos	Excelência acadêmica	Sucesso comercial
Biologia	UFMG (*) UNICAMP UFRJ	UnG Univag UniABC (*)
Física	USP UNICAMP UFRJ	PUC-Rio (*) UNISINOS PUC-RS
História	UFF UNICAMP USP	UNISUAM (*) UNISINOS Gama Filho (*)

(*) Dados não fornecidos pelas instituições

4 Desprezamos, neste caso, os cursos de instituições públicas, já que, sendo gratuitos, eles não competem no mercado em relação de igualdade com os cursos pagos das instituições privadas e não podem representar assim sucesso comercial. Além disso, é preciso notar que o número de alunos inscritos pode ter outras razões que não o sucesso comercial, como a pouca concorrência ou a alta demanda local.

5 Isso se deveu à disponibilidade dos planos de aula apenas das disciplinas oferecidas no semestre corrente.

Quadro 3: Amostra cursos profissionais.

Cursos	Excelência acadêmica	Sucesso comercial
Medicina	USP UNIFESP USP-RP	UniG (*) Gama Filho (*) Sousa Marques
Direito	USP UERJ UFSC	UNIVERSO (*) UNICEUB PUC-RS
Engenharia Civil	UFRJ PUC-Rio (*) USP-SC	FUMEC (*) EE Kennedy (*) Mackenzie

(*) Dados não fornecidos pelas instituições

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto dos investimentos públicos na produção dos conteúdos dos livros técnico-científicos. Embora indicadores estabelecidos apontem universalmente um alto grau de financiamento público na produção científica, não havia, até o momento, uma pesquisa estimando o impacto do financiamento público na produção de livros.

Esse financiamento, suspeitávamos, se dava por meio da contratação em regime integral dos pesquisadores em universidades e instituições públicas cujas atividades de pesquisa se desdobravam na produção de livros. Além disso, nossa hipótese também estipulava que a contribuição das editoras públicas (as editoras universitárias públicas) era relevante.

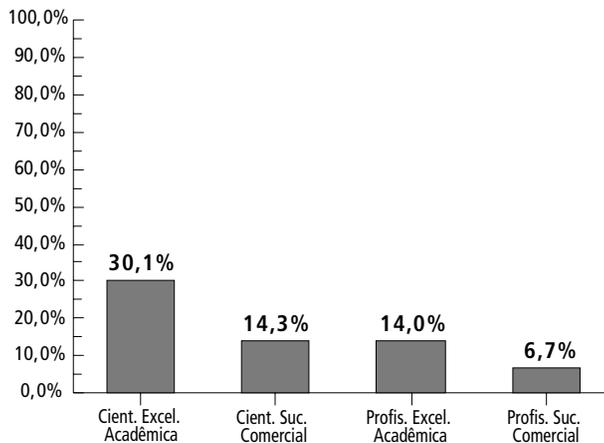
A pesquisa buscou também medir nesta base bibliográfica os livros importados e esgotados, cujo acesso por meio de reprografia está sendo contestado nas disputas entre estudantes e professores e a associação das editoras (a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, ABDR).

Começamos com esse último ponto. Os resultados da estimativa são bastante surpreendentes no que diz respeito ao percentual de livros esgotados adotados em cursos de ensino superior. A estimativa mostra um percentual relativamente uniforme nos cursos profissionais e científicos e nas instituições de excelência acadêmica e sucesso comercial, variando de 26% a 31% de toda a base bibliográfica. Isso não é apenas surpreendente pelo fato de que os estudantes não têm acesso direto a cerca de

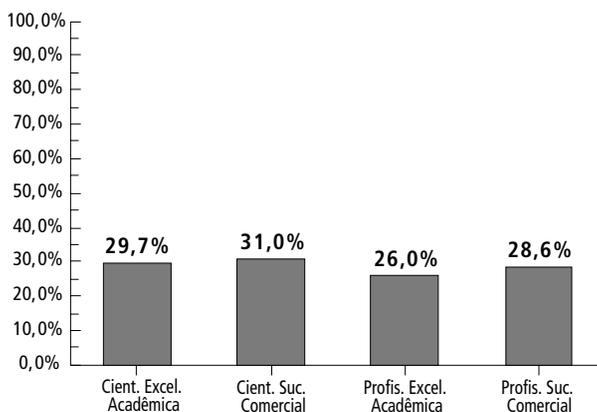
um quarto dos livros adotados nos cursos, mas também pelo fato de que as editoras parecem estar desperdiçando o potencial comercial das reedições de livros clássicos.⁶

A adoção de livros importados, ao contrário, tem uma distribuição muito variável, sendo maior nos cursos científicos que nos cursos profissionais e maior nas instituições de excelência acadêmica que nas de sucesso comercial. No entanto, mesmo nos cursos profissionais das instituições de sucesso comercial, os livros importados correspondem a 7% da base bibliográfica, podendo chegar a 30,1% nos cursos científicos de excelência acadêmica. Foi por esse motivo, sem dúvida, que a International Intellectual Property Alliance (organização que reúne as indústrias americanas baseadas em direito autoral) alegou ameaça aos seus interesses comerciais pela reivindicação da Universidade de São Paulo de que a reprografia integral de livros importados tinha respaldo legal no Brasil⁷ (IIPA, 2007).

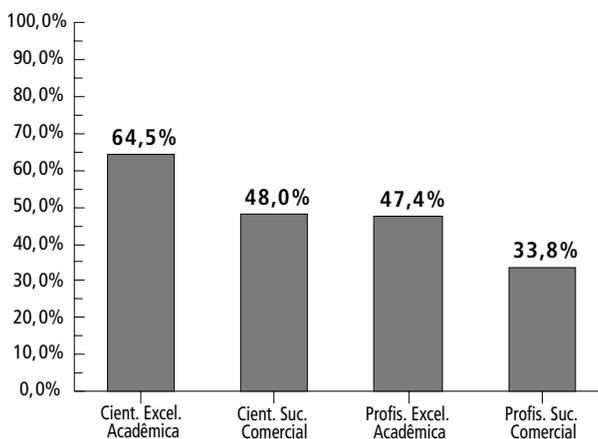
Gráfico 6: Percentual de livros importados entre os adotados.



- 6 É preciso notar que há um grande percentual de livros que não se conseguiu determinar se estão esgotados ou não (20,7% nos cursos científicos de excelência acadêmica; 7,8% nos cursos científicos de sucesso comercial; 17,8% nos cursos profissionais de excelência acadêmica e 21,2% nos cursos profissionais de sucesso comercial). Como o método de determinar se o livro estava em catálogo ou esgotado era a consulta a sites de livrarias brasileiras, é bastante provável que uma parte desses livros esteja também esgotada, sendo tão antigos que nem estão cadastrados nos sites – uma outra hipótese sendo que alguns desses livros foram lançados por editoras muito pequenas ou especializadas que não têm seus títulos disponíveis nas grandes livrarias.
- 7 Uma resolução da Universidade de São Paulo alegava que a cópia integral de livros importados (e também de livros esgotados) era legal porque, na ausência de uma edição nacional, a reprografia não causava danos comerciais aos detentores de direitos.

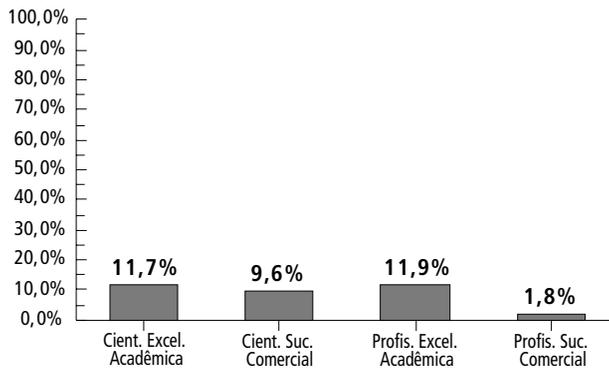
Gráfico 7: Percentual de livros esgotados (entre os publicados no Brasil).

A pesquisa também apontou um surpreendente percentual de livros editados por editoras públicas em quase todos os grupos, com exceção dos cursos profissionais de instituições de sucesso comercial (nos quais apenas 2% dos livros adotados são publicados por editoras públicas). Nos cursos com os outros perfis, no entanto, o percentual de livros editados por editoras universitárias públicas oscilou próximo de 11% (ou 13% se contarmos também as co-edições com editoras privadas). A pesquisa também mostrou que os autores estrangeiros (estrangeiros traduzidos ou adotados diretamente na edição importada) têm forte presença na bibliografia, sendo responsáveis por 33,8% (cursos profissionais de sucesso comercial) a 64,5% (nos cursos científicos de excelência) dos livros.

Gráfico 8: Percentual de autores estrangeiros entre os livros adotados.

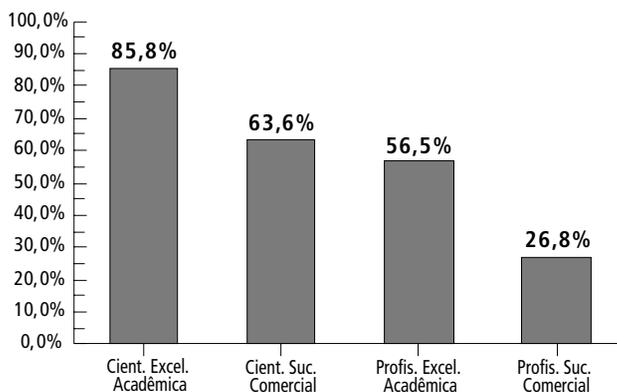
Por fim, a estimativa aponta uma surpreendente quantidade de livros produzidos por autores trabalhando em instituições públicas em regime de dedicação integral ou exclusiva, seja como docentes, seja como pesquisadores. Isso significa que os livros foram originalmente publicados enquanto os autores trabalhavam em tempo integral para uma instituição pública, sendo portanto produtos diretos do investimento público em pesquisa e ensino. Há também uma parte, não contabilizada nesta pesquisa, de autores que trabalhavam em regime de dedicação parcial em instituições públicas quando o livro foi publicado, caso no qual o investimento público também contribuiu, mas de maneira parcial. Desprezamos também, dada a ausência de dados, o financiamento de pesquisa por agências públicas (como CNPq e FAPESP) a pesquisadores trabalhando em instituições privadas. Mesmo com esse entendimento restrito, nossa estimativa mostra que na área científica nos cursos de excelência acadêmica, surpreendentes 86% dos livros cujos autores atuam no Brasil, são fruto de investimento público direto e mesmo entre os cursos profissionais em instituições de sucesso comercial, cerca de um quarto desses livros foram escritos por pesquisadores e docentes trabalhando em regime integral em instituições públicas.⁸

Gráfico 9: Percentual de livros adotados lançados por editoras públicas (entre os livros publicados no Brasil).



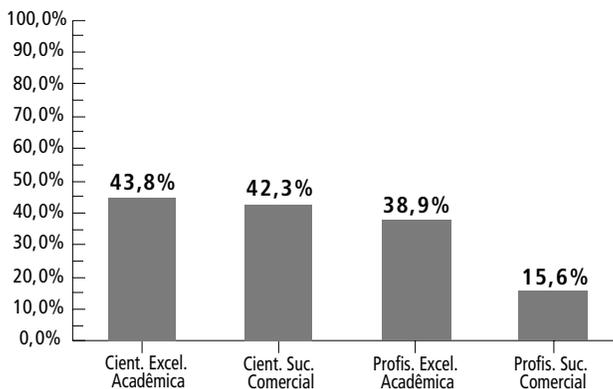
⁸ Aqui também encontramos um significativo percentual de autores cujo vínculo com instituições públicas não pode ser determinado (11% nos cursos científicos de excelência acadêmica; 14,3% nos cursos científicos de sucesso comercial; 17% nos cursos profissionais de excelência acadêmica e 27,1% nos cursos profissionais de sucesso comercial). A principal fonte de informações para estabelecer esse vínculo (embora não a única) foram os currículos lattes. Nossa hipótese é que há fundamentalmente dois motivos para o alto número de casos indeterminados: autores antigos cuja informação sobre a situação laboral à época da publicação do livro não está facilmente disponível e autores (principalmente das áreas profissionais) cuja informação sobre o vínculo institucional, embora recente, não está disponível no currículo.

Gráfico 10: Percentual de livros adotados cujos autores estão em dedicação integral em instituição pública (entre os livros de autores que atuam no Brasil).



A soma dos dois últimos dois casos – autores em dedicação integral em instituição pública e editoras públicas – em relação ao conjunto dos livros técnico-científicos adotados mostra o alcance pleno de uma política que visasse estabelecer o acesso ao conhecimento financiado com recursos públicos. Novamente, com a exceção dos livros adotados nos cursos profissionais de instituições de sucesso comercial, estimamos que de 39% a 44% dos livros técnico-científicos são fruto direto de investimento público por meio do financiamento do autor ou da editora (desprezando os investimentos indiretos: pesquisadores em regime parcial, subsídio público a pesquisa em instituição privada e co-edições com editoras privadas).

Gráfico 11: Percentual de livros publicados com financiamento público direto (editora pública ou autor em instituição pública).



5

Investimentos públicos e privados na publicação de teses e dissertações

Como mencionado acima, não apenas há subsídio público na produção dos conteúdos dos livros técnico-científicos por meio dos salários dos docentes, mas também dos pesquisadores que preparam teses e dissertações – no nível de doutorado, mas também de mestrado e, mais recentemente, pós-doutorado.

As tabelas abaixo estimam os custos de produção de conteúdos de livros a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Elas tomam como parâmetro o custo-aluno na Universidade de São Paulo (responsável por cerca de 25% da produção científica brasileira) e o apoio da FAPESP, principal agência financiadora no estado.

Tabela 5: Investimento público para a produção de uma dissertação de mestrado USP/ FAPESP.

Custo aluno pós-graduação/ ano (R\$ 15.576,51) em 3 anos ⁹	R\$ 46.729,53
Bolsa mestrado Fapesp ano I (R\$ 1.164,00)	R\$ 13.968,00
Bolsa mestrado Fapesp ano II (R\$ 1.236,00)	R\$ 14.832,00
Reserva técnica Fapesp (10% do valor da bolsa)	R\$ 2.880,00
Investimento público total para a produção de conteúdo	R\$ 78.409,53

Fonte: Orçamento USP 2005; FAPESP 2007

9 Embora a FAPESP apenas conceda bolsas por 2 anos para alunos de mestrado e 3 para alunos de doutorado, na estimativa de custo-aluno incluímos os ainda muito mais usuais períodos de 3 anos para mestrado e 4 para doutorado.

Tabela 6: Investimento público para a produção de uma tese de doutorado USP/ FAPESP.

Custo aluno pós-graduação/ ano (R\$ 15.576,51) em 4 anos	R\$ 62.360,04
Bolsa doutorado Fapesp ano I (R\$ 1.716,00)	R\$ 20.592,00
Bolsa doutorado Fapesp anos II e III (R\$ 2.124,00)	R\$ 50.976,00
Reserva técnica Fapesp (30% do valor da bolsa)	R\$ 21.470,00
Investimento público total para a produção de conteúdo	R\$ 155.344,04

Fonte: Orçamento USP 2005; FAPESP 2007

Em seguida, podemos comparar esse investimento público na produção de conteúdo, com os custos editoriais e manufatureiros das editoras privadas que publicam a tese ou a dissertação na forma de livro. Esses custos são o investimento privado que é feito para a produção do livro. Para essa estimativa, utilizamos a tiragem e preço de capa médios dos livros técnico-científicos segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL, 2007). Em seguida, estimamos o investimento privado, assim como os direitos autorais repassados aos autores e os lucros da editora segundo modelo do BNDES sobre o mercado livreiro que incorpora uma fórmula largamente utilizada no meio editorial (Earp & Kornis, 2005).

Tabela 7: Investimento privado para a publicação de uma tese.

1.800 exemplares a R\$ 38,00 o preço de capa

Direitos autorais (10%)	R\$ 6.840,00
Lucro da editora	R\$ 10.260,00
Investimento editorial privado (custos editoriais e manufatureiros)	R\$ 17.100,00

Fonte: Earp & Kornis, 2005

Essa estimativa mostra que o investimento privado da editora para a publicação é bastante desproporcional ao investimento público para a geração de conteúdo. Não obstante, no estabelecimento do contrato de cessão de direitos autorais é a editora privada que detém a propriedade intelectual e estabelece uma eventual política de acesso à obra (por exemplo, permitindo ou não a cópia de trechos para fins didáticos).

Na tabela abaixo, vê-se como é distribuído proporcionalmente o investimento público e privado em relação ao investimento total necessário.

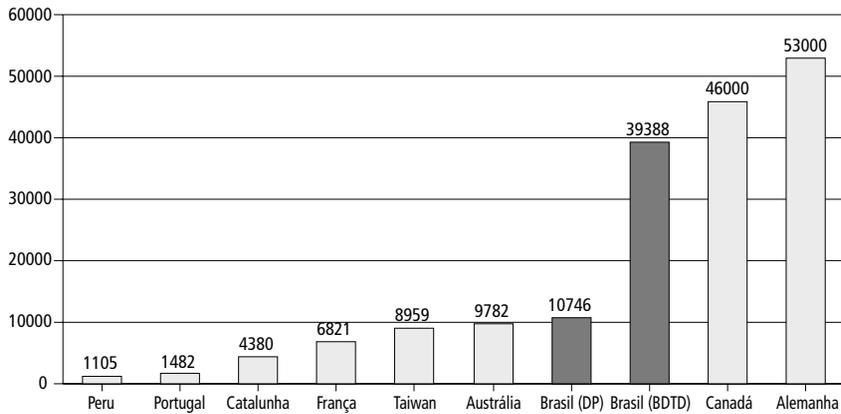
Tabela 8: Percentual do investimento público e privado em relação aos custos totais de produção de um livro a partir de uma dissertação ou tese.

	Dissertação de mestrado	Tese de doutorado
Investimento privado (custos editoriais e manufatureiros)	17,9% (R\$ 17.100,00)	9,9% (R\$ 17.100,00)
Investimento público (custos de produção da tese)	82,1% (R\$ 78.409,53)	90,1% (R\$ 155.344,04)

Uma nova portaria da CAPES de fevereiro de 2006 (portaria 13/ 2006) instituiu a obrigatoriedade da divulgação de teses e dissertações defendidas no Brasil e permitirá que o problema do acesso a conteúdos seja resolvido no que diz respeito às novas teses e dissertações. Essa lei, fará com que o Brasil tenha a maior base de teses e dissertações disponíveis *online* em todo o mundo. Apesar disso, o sistema brasileiro não está integrado, com algumas instituições adotando os padrões internacionais promovidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência e Tecnologia e publicando na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e outras instituições disponibilizando suas teses pelo portal Domínio Público do Ministério da Educação. O gráfico abaixo mostra, com dados de abril de 2007, a dimensão dos bancos de teses e dissertações brasileiros em relação a alguns estrangeiros.

Gráfico 12: Número de teses e dissertações em repositórios selecionados.

Referência: abril de 2007



Fonte: Cybertesis do Peru; Depósito de Dissertações e Teses de Portugal; Tesis Doctorals en Xarxa da Catalunha; Thèses en Ligne da França; Electronic Theses and Dissertation System de Taiwan; Digital Theses Program da Austrália; Domínio Público do Brasil; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações também do Brasil; Theses Canada; Biblioteca Nacional da Alemanha.

Embora os dados acima mostrem uma situação promissora para o acesso ao conhecimento científico fruto de teses e dissertações, resta ainda o problema das teses e dissertações produzidas com recursos públicos antes da entrada em vigor da portaria da CAPES e que continuam indisponíveis ao público brasileiro.

6

Custos e disponibilidade de livros em 10 cursos da Universidade de São Paulo

Levantamos a seguir a bibliografia do primeiro ano de 10 cursos: Sistemas de Informação, Licenciatura em Ciências da Natureza, Lazer e Turismo, Marketing, Tecnologia Têxtil e da Indumentária, Gestão Ambiental, Obstetrícia, Gerontologia, Ciências da Atividade Física e Gestão de Políticas Públicas¹⁰.

Neste levantamento, estimamos os custos da aquisição da bibliografia exigida no curso e os comparamos com a renda familiar dos estudantes. Os custos foram estimados a partir do preço médio de mercado em livrarias online e o valor dos livros importados foi estimado com base no preço (incluído frete) na livraria online Amazon. A renda familiar dos estudantes do curso está baseada em dados recolhidos pela FUVEST.

Além disso, medimos também a quantidade de livros esgotados cuja leitura é exigida nas disciplinas. É preciso notar que, justamente por estarem esgotados, os custos de aquisição destes livros (que chegam a 1/3 da base bibliográfica) não foram computados nos custos.

Os dados mostram claramente que a compra dos livros utilizados na universidade (em oposição à cópia reprográfica de capítulos) não está ao alcance dos estudantes. Em todos os cursos, para mais de 3/4 dos estudantes, os custos anuais para a compra de livros está muito próximo da totalidade da renda familiar mensal ou mesmo a ultrapassa. Os dados também contrariam uma recomendação freqüente das edito-

10 Alguns desses dados foram reunidos com a colaboração de estudantes da disciplina “Cultura digital e cultura livre” ministrada na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo em 2007.

ras de que as bibliotecas universitárias deveriam assumir o ônus dessa incapacidade financeira dos estudantes. Como os gastos para a aquisição do material está muito distante da capacidade de compra das famílias dos estudantes, as bibliotecas não teriam condições orçamentárias de suprir toda a demanda.

Tabela 9: Custos de aquisição de livros listados na bibliografia obrigatória e renda familiar dos estudantes.

Curso	Custo de aquisição dos livros por ano	Estudantes com renda familiar mensal inferior a R\$ 5.000,00
Sistemas de Informação	R\$ 3.915,58	90,6%
Lic. Ciências da Natureza	R\$ 3.640,90	91,3%
Lazer e Turismo	R\$ 4.572,90	81,3%
Marketing	R\$ 4.242,51	76,1%
Tec. Têxtil e da Indumentária	R\$ 4.164,79	79,5%
Gestão Ambiental	R\$ 5.212,69	84,1%
Obstetrícia	R\$ 5.810,46	86,7%
Gerontologia	R\$ 4.417,19	91,2%
Ciências da Atividade Física	R\$ 3.344,75	88,3%
Gestão de Políticas Públicas	R\$ 5.243,02	78,1%

Tabela 10: Livros esgotados listados na bibliografia obrigatória dos cursos.

Curso	Percentual de esgotados
Sistemas de Informação	11,76%
Lic. Ciências da Natureza	35,71%
Lazer e Turismo	9,3%
Marketing	4,55%
Tec. Têxtil e da Indumentária	35,48%
Gestão Ambiental	27,78%
Obstetrícia	40,5%
Gerontologia	41,67%
Ciências da Atividade Física	51,02%
Gestão de Políticas Públicas	17,24%

7

Financiamento público e políticas de direitos autorais das editoras universitárias brasileiras

Nossa pesquisa sobre os livros técnico-científicos havia estimado uma elevada participação das editoras públicas universitárias neste mercado (nas disciplinas científicas contribuindo com algo entre 13% e 20% do mercado), o que justificava uma investigação mais detalhada do setor.

A Associação das Editoras Universitárias (ABEU) tem atualmente 113 editoras filiadas. Até o momento, havia apenas um levantamento mais sistemático sobre o setor (Marques Neto, 2003) realizado em 2001. Esse estudo atualiza alguns dos dados colhidos naquela investigação e recolhe outros, uma vez que nosso enfoque é avaliar o financiamento público destas editoras.

Realizamos uma pesquisa com 33 dos principais editores universitários do país. Essa amostra é um pouco inferior ao levantamento de 2001, tanto em números absolutos como relativos (já que houve aumento no número de editoras) e o perfil das editoras é diferente, pois nossa amostra está concentrada nas editoras públicas. O objetivo da pesquisa foi levantar dados para avaliar o financiamento público e as políticas relativas a direito autoral adotadas pelas editoras universitárias. Os dados foram colhidos durante o encontro da ABEU realizado em Florianópolis em maio de 2007.

Consideramos a amostra significativa, não apenas por incluir 29% do universo, como pelo fato de que as editoras que estavam presentes no encontro são consideradas as mais ativas e importantes do mercado editorial universitário nacional. A seguir, listamos as instituições às quais as editoras entrevistadas estão vinculadas:

Tabela 11: Editoras que compõem a amostra pesquisada

Editora	Universidade	Editora	Universidade
Editora UNESP	Universidade Estadual de São Paulo	EAM	Universidade Anhembi-Morumbi
Edusp	Universidade de São Paulo	Editora Focruz	Fundação Oswaldo Cruz
Editora UnB	Universidade de Brasília	Editora UFRO	Universidade Federal de Rondônia
Editora UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Editora da UFRR	Universidade Federal de Roraima
Editora Universitária UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Editora da UFT	Universidade Federal do Tocantins
Edufba	Universidade Federal da Bahia	Editora da UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
Edufscar	Universidade Federal de São Carlos	Editora UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Eduerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Edições UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Editora UPF	Universidade de Passo Fundo	Editora Univali	Universidade do Vale do Itajaí
Editora UFPR	Universidade Federal do Paraná	Editora UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
Edufpa	Universidade Federal do Pará	Eduesc	Universidade Sagrado Coração
Editora da UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Editora da UCB	Universidade Católica de Brasília
Editora UFLA	Universidade Federal de Lavras	Eduerp	Universidade Estadual da Paraíba
Editora Univille	Universidade da Região de Joinville	Editora UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
Editora Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Eduff	Universidade Federal Fluminense
Eduel	Universidade Estadual de Londrina	Editora UNISO	Universidade de Sorocaba
Editora da UECE	Universidade Estadual do Ceará		

Entre outras informações, a pesquisa levantou o acervo de livros de cada editora, o número de livros em catálogo, o número de livros esgotados, a política de cessão de direitos autorais e a remuneração aos autores, a quantidade de recursos anuais recebidos da universidade, seu estatuto jurídico e o número de funcionários. Foi levantada também a posição dos editores com relação a disponibilização de obras esgotadas em formato eletrônico, a possibilidade de acesso aberto/ livre aos conteúdos, a disponibilização de obras resultantes de pesquisas da própria universidade e a prática da reprografia de livros. No que diz respeito ao financiamento das editoras, foram levantados os custos de produção do livro, a participação dos subsídios nos gastos totais da editora, a participação média do faturamento das vendas no custo de produção e a forma de subsídios recebidos por instituições públicas (como impostos, aluguel, água, luz, pagamento de funcionários, serviços de transporte, telecomunicações, gastos com participação em eventos, correios, marketing e outros).

Dessas 33 editoras, embora o estatuto jurídico tenha sido bem variado (fundações, autarquias ou órgãos da universidade), 28 eram ligadas a universidades ou organismos públicos (universidades municipais, estaduais ou federais, fundações ou autarquias públicas) e cinco eram ligadas a universidades privadas ou comunitárias. É preciso notar que nossa amostra difere substancialmente daquela do estudo de Marques Neto de 2001, no qual apenas 50% das editoras eram públicas (40% privadas e 10% comunitárias). Em parte, essa variação se explica pelo surgimento de novas editoras universitárias nos últimos anos e, em parte, pela maior participação das universidades públicas em eventos da categoria.

Uma das barreiras para se analisar o setor é a obtenção de dados contábeis para uma análise financeira, uma vez que a maior parte das editoras está dentro das universidades, dependendo delas para aquisição de bens e serviços, em geral não quantificados, como mão de obra, aluguel, serviços de transporte, telecomunicações, fornecimento de água, eletricidade entre outros, como veremos mais adiante. Algumas delas nem sequer possuem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica, emitindo notas no nome da própria universidade que as abriga. Há casos em que a renda obtida com a venda de livros entra diretamente na contabilidade da universidade, sendo a editora quase uma “marca” para a divulgação da produção científica da universidade.

Há uma grande disparidade no que se refere ao tamanho do acervo. Quase um terço das editoras possuem no máximo 100 títulos em catálogo e nos últimos anos surgiram novas editoras que ainda não têm mais de 50 livros publicados. Para definir categorias para análise e ter um parâmetro sobre o nível de atividade recente das editoras – uma vez que o tamanho do catálogo não mostrou ser indicador confiável do

nível de atividade –, multiplicamos o número de lançamentos, reedições e reimpressões dos livros no último ano pela tiragem média de exemplares. Obtemos assim, um indicador de atividade que dá uma dimensão melhor do nível de produção do setor.

O estabelecimento de um indicador de atividade permitiu agregar as editoras em três grandes grupos. Essa distribuição possibilitou superar satisfatoriamente a barreira da enorme diversidade do setor para se obter indicativos de tendência com base nos dados quantitativos.

Tabela 12: Editoras agrupadas por indicador de atividade de produção.

Ano de referência: 2006

Grupos	Grupo 1 Pouco ativas/ Pequenas (até 10 mil livros impressos)	Grupo 2 Médias (de 10-30 mil impressos)	Grupo 3 Muito ativas / "grandes" (mais de 30 mil impressos)
Editoras	Ed. da UFRR, Ed. UEMS, Ed. Univille, Ed. Univali, Eduff, Eduep, Uesb, Ed. Uniso, Edufro, Universa, Ed. da UFT	EDUSC, Edufba, Ed. Edufscar, Edufpa, Ed. da UFSM, Ed. UFAL, Ed. da UEPG, UFES, EDUECE, Unijui, Eduel, EAM, Ed. da UFPR ¹¹	Edusp, Ed. da Unesp, Ed. UnB, Ed. UFRGS, Ed. FioCruz, Eduerj, Ed. Univ. UFPE, Ed. da UFMT, Ed. UPF
Produção em 2006	abaixo de 10 mil exemplares	de 10 mil até 30 mil exemplares	> de 30 mil exemplares
Nº de editoras no grupo	11	13	9
% do total das editoras	33%	39%	27%
Média de títulos lançados em 2006	9,2 (*)	23,2 (**)	47,8
Re-edições e reimpressões em 2006	1,0 (*)	6,4	13,4
Tiragem média	530 (*)	814	1183
Acervo em catálogo (média)	80,1 (*)	484,3	695,5
% médio de títulos esgotados	18,2 (*)	22,4	32,6
Número médio de funcionários ¹²	8,7 (*)	11,1	32,0

(*) Exclui editora da UNISO e EdUFT, que estão iniciando suas atividades.

(**) Não inclui UFPR.

11 Editor não soube informar sobre o acervo e tiragem média. A inclusão no grupo 2 foi feita por estimativa, considerando as informações sobre o catálogo ativo disponível no site da editora.

12 Inclui estagiários

Cabe dizer que há uma grande disparidade no volume de produção entre as editoras pesquisadas. No grupo 3, as duas maiores editoras apresentavam produção superior a 150 mil exemplares em 2006.

O número médio de lançamentos anual por editora, considerando 2006, foi de 27 títulos e 6 reedições. Várias editoras usam o sistema “sob demanda” para publicar, o que tem diminuído consideravelmente o tamanho das tiragens das edições mais recentes.

A remuneração típica dada ao autor é 10% (em 72% das editoras), sendo maior no caso de reedições ou de acordo com o nível de venda e podendo ser dada em livros. Cada editora tem uma política própria e, no geral, é feita uma negociação individual caso a caso. A variedade de políticas de cessão de direitos é tanta, que não foi possível apurar um padrão específico. Há uma tendência de que a cessão de direitos seja feita para uma única edição no caso dos autores nacionais.

A média de recursos financeiros recebidos das universidades ou fundações a que estão ligadas foi de R\$ 88.428,57. O quadro de funcionários médio, incluindo estagiários é de 23 pessoas.

Tabela 13: Percentual de editores que recebem subsídios diretos por grupo.

Ano de referência: 2006

	Recebem		Não Recebem		Não souberam responder	
	%	n	%	n	%	n
Grupo 1 (pequenas)	100	11	0	0	0	0
Grupo 2 (médias)	69	9	23	3	8	1
Grupo 3 (grandes)	44	4	44	4	11	1

Tabela 14: Média dos subsídios diretos recebidos pelos editores, por grupo

em mil reais

Ano de referência: 2006

	Média grupo	Respondentes
Grupo 1 (pequenas)	81,75	8
Grupo 2 (médias)	78,57	7
Grupo 3 (grandes)	413,05	4

(*) 5 editores não souberam quantificar em reais

Todos os entrevistados declararam que a editora recebe algum outro tipo de ajuda indireta além da ajuda financeira direta. Foram exemplificados 10 itens para avaliar os tipos de subsídios indiretos recebidos, a saber: impostos, aluguel, água, luz, pagamento de funcionários, serviços de transporte, telecomunicações, gastos com participação em eventos, correios, marketing. Podia ainda o entrevistado incluir algum outro item subsidiado. Da amostra, 91% tem pelo menos 8 desses custos pagos pela instituição a que está associado, sendo que 55% tem todos esses dez itens subsidiados. A média dos subsídios anuais na estimativa global dos gastos da editora segundo os dados fornecidos pelos dos entrevistados foi de 66%.

Tabela 15: Editoras que recebem subsídios indiretos da instituição a que estão ligadas, por grupo.

Ano de referência: 2006

		Grupo 1				Grupo 2				Grupo 3				Média Geral			
		Recebe		Não Recebe		Recebe		Não Recebe		Recebe		Não Recebe		Recebe		Não Recebe	
		%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
1.	impostos	91	10	9	1	85	11	15	2	89	8	11	1	88	29	12	4
2.	aluguel	91	10	9	1	92	12	8	1	100	9	0	0	94	31	6	2
3.	água	100	11	0	0	92	12	8	1	89	8	11	1	94	31	6	2
4.	eletricidade	100	11	0	0	92	12	8	1	89	8	11	1	94	31	6	2
5.	pagamento de funcionários	100	11	0	0	92	12	8	1	78	7	22	2	91	30	9	3
6.	serviços de transporte	91	10	9	1	85	11	15	2	89	8	11	1	88	29	12	4
7.	telecomunicações	100	11	0	0	85	11	15	2	78	7	22	2	88	29	12	4
8.	participação em eventos	100	11	0	0	85	11	15	2	78	7	22	2	88	29	12	4
9.	correios	91	10	9	1	85	11	15	2	78	7	22	2	85	28	15	5
10.	marketing	73	8	27	3	69	9	31	4	67	6	33	3	70	23	30	10

Tabela 16: Percentual médio de itens com subsídio indireto por grupo de editoras.

Ano de referência: 2006

	Média grupo (%)
Grupo 1 (pequenas)	92,8
Grupo 2 (médias)	86,2
Grupo 3 (grandes)	83,3

Tabela 17: Distribuição das editoras segundo subsídio anual direto.

Ano de referência: 2006

	sim		não		não sabe	
	%	n	%	n	%	n
Recebem subsídios indiretos	94%	31	6%	2	-	-
Recebem subsídios diretos	73%	24	21%	7	6%	2
Apenas recursos próprios	3%	1	97%	32	-	-

A pesquisa buscou também avaliar como os editores vêem as questões de acesso ao conhecimento. Sobre se as obras esgotadas poderiam ser disponibilizadas em formato digital ou sob demanda, 85% afirmaram estar de acordo. Como a pesquisa foi "quali-quantitativa", foi possível apurar os diferentes níveis de percepção dos autores com relação a cada item. Neste caso, 45% estavam de pleno acordo, enquanto 42% tinham ao menos alguma ressalva. Cerca de 77% dos respondentes concordaram que o acesso a tais livros poderia ser livre ou aberto.

Tabela 18: Distribuição do apoio ao acesso e à digitalização de obras esgotadas e/ou científicas.

	Sim		Não		Não soube/ Não respondeu	
	%	n	%	n	%	n
Obras esgotadas podem ser disponibilizadas <i>online</i> ou sob demanda?	85%	28	6%	2	9%	3
O acesso a essas obras poderia ser livre?	77%	25	18%	6	6%	2
Obras fruto de pesquisa na universidade poderiam ser disponibilizadas livremente?	53%	18	32%	10	15%	5
Após a digitalização de livros esgotados?	71%	23	18%	6	12%	4

Sobre a possibilidade de disponibilização de obras resultantes de pesquisas da universidade, 53% declararam estar de acordo, 32% declararam ser contra e outros 15% não tinham opinião formada. Com relação à disponibilização digital das obras esgotadas, 85% se declaram á favor, enquanto 77% afirmaram que o acesso a elas deveria ser livre. A digitalização de livros esgotados também teve apoio expressivo dos editores (71%), conforme se pode ver no quadro abaixo.

Tabela 19: Opinião sobre qual deveria ser o limite para cópia do livro.

Sem restrições Livro inteiro/ sem limite		Lei deve ser mais permissiva (caso de livros esgotados, acesso digital/ou liberar cópia com cobrança)		Conforme à lei vigente (até 10% ou 1 capítulo)		Restrição deve ser maior ou total		O autor que deve decidir		Não soube/ Não respondeu	
%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
24%	8	30%	9	21%	7	12%	4	6%	2	9%	3

A posição dos editores com relação à cópia dos livros foi bastante diversa. 21% defende que ela seja permitida nos termos da lei atual, que permite “pequenos trechos”. Os editores, na maioria das respostas, interpretaram esse limite como sendo 10% do livro ou um capítulo. Outros 24% afirmaram que não deveria haver restrições para a cópia. Para 30% a lei deveria ser mais permissiva, liberando a cópia para obras esgotadas, acesso digital ou porções maiores da obra. Afirmaram defender restrição maior ou total da cópia 12% dos entrevistados.

Considerando que 54% dos editores entendem que a lei deveria ser mais permissiva ou que não se deve impor nenhuma restrição à cópia de livros e que outros 21% entendem que o limite da lei refere-se a “10%” ou “um capítulo”, a posição pública da ABDR, discutida acima, parece não refletir esse segmento do setor editorial.

8

Recomendações de políticas

Essa breve análise sobre o mercado de livros técnico-científicos nos permitiu avaliar o grau em que recursos públicos contribuem para o setor, seja por meio de imunidade de tributos e não incidência de contribuições, seja pelo financiamento direto na produção de conteúdos, com o pagamento de cientistas ou bolsistas em regime de dedicação integral, seja pelo financiamento de editoras universitárias públicas.

Como visto acima, o setor de livros não recolhe tributos (ICMS, IPI, ISS) ou contribuições (PIS/PASEP e COFINS). Estimamos esse subsídio público ao setor de livros em 978 milhões de reais para o ano de 2006 ou 34% de todo o faturamento do setor. Esse valor é muito superior ao orçamento anual do Ministério da Cultura.

O público que fornece esse subsídio tão importante para o fomento da cultura e da ciência, não recebe, no entanto, qualquer contrapartida por parte das editoras. A indústria editorial, pelo contrário, tem realizado grandes esforços para restringir o acesso público aos conteúdos dos quais detém os direitos autorais. As ações empreendidas pela ABDR nos últimos anos são o melhor exemplo disso. Assim, parece-nos que **cabe ao poder público criar marcos legais que garantam que esse subsídio público ao setor tenha como contrapartida garantias de acesso a conteúdos, em particular para fins didáticos e científicos**. Os debates públicos atualmente levados a cabo pelo Ministério da Cultura com vistas à reforma da lei de direito autoral são uma excelente oportunidade para a introdução de tal marco legal.

Algumas recomendações para a reforma da lei de direitos autorais:

- **Limitações da lei de direito autoral deveriam prever a cópia integral para fins não comerciais ou, pelo menos, para fins didáticos e científicos**. A excepcionalidade dos fins didáticos e científicos, não decorre apenas da importância social dessas atividades, mas também do fato de que o setor público tem historicamente fornecido, sem exigência de contrapartida, boa parte dos conteúdos para o setor editorial privado. A contribuição

pública para a geração de conteúdo na forma de salários a pesquisadores com dedicação integral pode chegar a 86% dos livros de autores que atuam no Brasil nas áreas científicas.

- **As limitações deveriam prever também a cópia integral de títulos esgotados.** No nosso levantamento, a despeito de variações de tipo de curso e do perfil das instituições, cerca de 30% dos livros adotados nos cursos superiores estavam esgotados. Isso significa que, na ausência de limitações específicas, os estudantes não têm acesso legal a surpreendentes 30% da sua base bibliográfica. Como esses títulos estão fora do mercado, não há razão para haver restrições à cópia. É preciso mencionar também que, em nosso levantamento, 77% dos editores universitários consideram que o acesso às obras esgotadas poderia ser livre.
- Na ausência de uma norma que permita a cópia integral de livros para fins não comerciais, seria conveniente **que houvesse uma limitação específica para a cópia de livros importados** que, devido aos custos, são muito mais caros que os nacionais. Em nosso levantamento, eles podem chegar a 30% da base bibliográfica nos cursos científicos das instituições de excelência acadêmica.

No que diz respeito às universidades e outras instituições científicas públicas, recomendamos as seguintes políticas:

- **Que se definam nos contratos de trabalho com os pesquisadores que os livros resultantes das pesquisas desenvolvidas na instituição sejam publicados com licenças que permitam a reprodução integral para fins didáticos e científicos sem intuito de lucro.** Isso se justifica pelo fato de que os custos de produção de conteúdo (que têm origem pública) são pelo menos nove vezes superiores ao investimento privado que é feito pelas editoras privadas, no caso de teses e dissertações e podem ser ainda superiores no caso de professores e pesquisadores. A objeção de que uma tal política desestimularia as editoras a publicarem livros de autores das universidades é contestada pelo fato de as editoras dependerem fortemente dos conteúdos providos pelas universidades públicas. No setor de livros técnico-científicos, nossa estimativa indica que mais da metade dos conteúdos brasileiros (chegando a 86% em algumas áreas) são produzidos por

autores ligados a universidades públicas, de forma que há mais dependência das editoras com relação às universidades públicas que o inverso. Ademais, entre os próprios editores universitários, a maioria (54%) entende que a lei deveria ser mais permissiva ou que não se deve impor nenhuma restrição à cópia de livros.

- No que diz respeito às editoras universitárias, nossa pesquisa indicou que elas são bastante subsidiadas pelas universidades públicas às quais estão ligadas (apenas 3% delas se sustentam apenas com recursos próprios). Elas estão tão institucionalmente ligadas às universidades que é quase impossível quantificar o grau de subsídio, que, pelos indicadores que levantamos parecem, não obstante, ser muito altos. Assim, **uma vez que essas editoras são subsidiadas com recursos públicos e já operam em larga medida fora do mercado, recomendamos que elas também adotem políticas de licenças que permitam o livre acesso a seus conteúdos para fins didáticos e científicos, sem intuito de lucro.**

Além do fato de que conteúdos e editoras têm forte subsídio público, existe também o fato objetivo de que os custos de aquisição dos livros necessários aos cursos freqüentemente não estão ao alcance dos estudantes. Um pequeno levantamento que realizamos em 10 cursos da Universidade de São Paulo mostrou que a compra de todos livros de um ano comprometeria a renda familiar mensal de 90% dos estudantes. Assim, não é realista a exigência da compra de todos os livros exigidos nos cursos. A comparação do aumento da população universitária com a variação da produção de livros também sugere que os novos estudantes de menor renda que entraram no sistema não estão comprando livros.

A natureza pública do financiamento da produção científica no Brasil precisa ser reconhecida pelas autoridades e ser incorporada na gestão das instituições de ensino e pesquisa e das editoras universitárias, assim como no processo de reforma da lei de direito autoral. O público que financia a produção científica e subsidia a publicação não pode ser privado do acesso aos conteúdos.

Referências bibliográficas

- Baleeiro, A. *Direito tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998.
- Brasil. *Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*.
- Brasil. *Lei nº. 10.695, de 1o de julho de 2003*.
- Brasil. *Lei nº. 10.865, de 30 de abril de 2004*.
- CBL. *Diagnóstico do setor editorial brasileiro*. São Paulo: 1996-2002.
- CBL/ SNEL. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*. São Paulo: 2003-2007.
- Earp, F. S.; Kornis, G. *A cadeia produtiva do livro no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- Hallewell, L. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985.
- IIPA. *International Intellectual Property Alliance 2007 Special 301 Report*. 2007.
- Marques Neto, J. C. *Editoras universitárias brasileiras*. IESALC/ UNESCO, 2003.
- Ministério da Cultura. *Perspectivas do mercado editorial e livreiro para 2005*. Brasília (?): 2005.
- Toledo, A.; Faibis, L. *Du coût du livre au prix des idées*. Paris: Ministère de la culture et de la communication, 1999.
- USP. *Resolução da reitoria 5213*. 18 de maio de 2005.
- USP. *Parecer: sugestões para a revisão do parecer normativo CJP 1158/1998*. 2005b.

